



ACÓRDÃO Nº1005/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1566/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsáveis:** Alexandre Bichara da Cunha e Raymison Monteiro de Souza.
- 6- **Unidade Técnica:** DICA/AM.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6011/2016-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ. Exercício de 2014.

Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, em divergência com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Raymison Monteiro de Souza, Diretor Presidente e Ordenador da Despesa, no período de 01/01/2014 a 07/09/2014, *conforme parágrafo 2.º do art. 1.º da Resolução n.º 09/97, c/c art. 22, II, c/c art. 24 da Lei n.º 2.423/96.*
- 9.2. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Alexandre Bichara da Cunha, Diretor Presidente e Ordenador da Despesa, no período de 08/09/2014 a 31/12/2014, *conforme parágrafo 2.º do art. 1.º da Resolução n.º 09/97, c/c art. 22, II, c/c art. 24 da Lei n.º 2.423/96.*
- 9.3. **Aplicar Multa** ao Sr(a). Raymison Monteiro de Souza no valor de 2.000,00 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ pela improbidade apontada no item 1.5 deste Relatório/Voto, nos termos do parágrafo único do art., 53 da Lei n. 24.23/96, atualizada pela Resolução n. 25/2012. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.



ACÓRDÃO Nº1005/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 9.4.** Recomendar à origem que atualize as fichas funcionais, acrescentando das Declarações de Bens dos Servidores que exercem Cargos Comissionados e Diretores do Órgão, conforme determina a Resolução nº 02/90, contrariando o que determina o art.13, da Lei n.º 8.429/92 e disposições da Lei n.º 8.730/93 c/c o art. 289, da Resolução TCE nº 04/2002.

10- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 6 de Dezembro de 2016

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral